

# DEMOCRACIA E LIBERDADE



O  
SINDICALISMO  
CRISTÃO  
EM  
PORTUGAL



Inscrito na Direcção-Geral da Comunicação Social com o N.º 109 908

Propriedade: IDL — INSTITUTO AMARO DA COSTA

Administração, Direcção e Redacção — R. de S. Marçal, 79 — 1200 Lisboa

DIRECTOR:

*Eugénio Anacoreta Correia*

CHEFE DE REDACÇÃO:

*Ana Maria Botão Alves*

CONSELHO DE REDACÇÃO: *António Montenegro, Fausto de Quadros, José Aranha, José Luís da Cruz Vilaça, José Ribeiro e Castro, Roberto Carneiro, Sónia Godinho*

COLABORARAM NESTE NÚMERO:

<i>Pinharanda Gomes</i>	<i>Paulo Samuel</i>
<i>António Marques Bessa</i>	<i>Maria do Céu de Athayde Tavares</i>
<i>Mário Bigotte Chorão</i>	<i>Dusan Sidjanski</i>
<i>Manuel Braga da Cruz</i>	<i>Maria Leonor Cunha Torres</i>
<i>António de Sèves Alves Martins</i>	<i>José António França Martins</i>
<i>Adelino Alves</i>	<i>Gianni Baget Bozzo</i>
<i>Maria Valentina da Silveira Machado</i>	

As opiniões expostas nos trabalhos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Capa de: *Paula Calheiros e José Soalheiro*

ASSINATURA (6 números)

<i>Portugal</i>	
Geral . . . . .	1 250\$00
Estudantes . . . . .	1 000\$00
<i>Europa (portes incluídos)</i>	
Geral . . . . .	2 100\$00
Estudantes . . . . .	1 700\$00
<i>Outros países (portes incluídos)</i>	
Geral . . . . .	2 750\$00
Estudantes . . . . .	2 500\$00
PREÇO POR NÚMERO:	250\$00

Toda a correspondência destinada à Revista — incluindo pedidos de assinatura, pagamentos e outras informações — deve ser dirigida ao:

DEPARTAMENTO EDITORIAL E DE INFORMAÇÃO DO IDL

R. de S. Marçal, 79 — 1200 Lisboa

Telef.: 36 16 27

Composto e Impresso nas Oficinas Gráficas da Rádio Renascença

Depósito legal n.º 5476/84

ABRIL/SETEMBRO 1986

O SINDICALISMO CRISTÃO

Nota de Abertura: «Construir o sindicalismo cristão» — por <i>J. Pinharanda Gomes</i> . . . . .	5
Um Reino deste Mundo — O Pensamento Social dos Papas — por <i>António Marques Bessa</i> . . . . .	9
O Problema do Trabalho — A propósito de uma Contribuição do Doutor Braga da Cruz para as Semanas Sociais Portuguesas — por <i>Mário Bigotte Chorão</i> . . . . .	29
O Movimento dos Círculos Católicos de Operários — Primeira Expressão em Portugal do Sindicalismo Católico — por <i>Manuel Braga da Cruz</i> . . . . .	39
A Condição Operária na Literatura Portuguesa Contemporânea — por <i>António de Sèves Alves Martins</i> . . . . .	51
O Centro Católico — por <i>Adelino Alves</i> . . . . .	81
Política e Acção Social Cristãs em Portugal (1830-1980) — por <i>J. Pinharanda Gomes</i> . . . . .	99
Sindicalismo Cristão Hoje — por <i>Maria Valentina da Silveira Machado</i> . . . . .	157
Bibliografia sobre o Pensamento Social Cristão (1870-1930) — por <i>Paulo Samuel</i> . . . . .	177

PÁGINA EUROPEIA..	311
Nota de Abertura — por <i>Maria do Céu de Athayde Tavares</i> ...	313
Pensar com as Mãos — por <i>Dusan Sidjanski</i> .	315
Investimento de Origem CEE — Contributos para a Noção de «Empresa Comunitária» — por <i>Maria Leonor Cunha Torres</i>	327
A Formação dos Dirigentes e o seu Recrutamento e Carreira — por <i>José António França Martins</i> ...	335
Reflexão sobre a Informação, a Comunicação e a Cultura — por <i>Gianni Baget Bozzo</i> ...	343

#### CLÁSSICOS PORTUGUESES

«Trabalho e Propriedade» — por <i>Silva Dias</i> .	345
--	-----

LIVROS	349
--------	-----

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NA REDACÇÃO	357
-----------------------------------	-----

# PENSAR COM AS MÃOS

por **Dusan Sidjanski\***

Este título bombástico da obra publicada em 1936 é o primeiro manifesto europeu de Denis de Rougemont. «*Pensar com as mãos* é um tratado do pensamento comprometido» (1). Comprometer-nos não é alienar-nos, entrar em religião política, mas muito simplesmente compreendermos o sentido político dos seus escritos e as consequências dos seus actos. A grande ambição da vida de Denis de Rougemont consistiu em pensar agindo: «Realizar um pensamento, não é só pô-lo em prática... é, antes de tudo, *transformá-lo numa ideia*, e o teatro da sua paixão» (2). A sua paixão, a Europa federada, era o ponto de encontro do pensamento federalista, da acção europeia do escritor comprometido com a sua procura de futuro.

Este triplo eixo forma por sua vez o conteúdo e a estrutura deste artigo. Visa testemunhar a riqueza do pensamento de Denis de Rougemont, a sua imaginação criativa e os seus actos de generosidade, uma trama fundamental que se inscreve no tríptico — como ele tanto gostava de repetir — da pessoa, do casal e do federalismo.

## 1. PENSAR O FEDERALISMO

A *pessoa*, nova noção definida aquando do Concílio de Niceia, é o objecto essencial do cristianismo (3). Na Grécia Antiga definiram-se as noções do ser distinto, isto é, do indivíduo. Por seu lado, os romanos criaram o conceito dos cidadãos. Mas tanto o indivíduo como o cidadão romano evoluíram num mundo fechado onde os sujeitos se opunham aos bárbaros e aos escravos que constituíam os objectos. As suas relações caracterizavam-se por uma desigualdade fundamental. Contra esta concepção restritiva, o cristianismo liberta — pela conversão ou

---

\* Professor Catedrático no Departamento de Ciência Política, na Universidade de Genebra e no Instituto Universitário de Estudos Europeus.

(1) *Penser avec des mains*, Paris, Idées/Gallimard, 1972, pág. 6.

(2) *Ibid.*, pág. 238.

(3) *L'Aventure occidentale de l'homme*, Paris, Albin Michel, 1957, págs. 60 e seguintes.

pela revolução individual — qualquer homem, nobre ou escravo. Introduziu o pleno reconhecimento da pessoa, do próximo e estende esse reconhecimento a todo o ser humano considerado na sua dignidade. O homem livre e responsável, aplicado no cumprimento dos seus fins, é reconhecido como tal no seio da comunidade onde é chamado a progredir. O indivíduo não é mais do que um átomo, e a pessoa uma valência; o primeiro existe por si só, e o segundo nas suas relações. É neste fundamento que se virão a apoiar as noções de casal e de federalismo.

O *casal* prefigura o federalismo no seio da união mais reduzida das pessoas autónomas: cada uma desenvolvendo a sua personalidade para enriquecer o conjunto. Tal é, também, o princípio-base de toda a união federativa e o fio que conduz através do universo do pensamento de Denis de Rougemont, rico em ideias e em invenções. Deste modo, *L'Amour et l'Occident* versa sobre a essência do federalismo que, ao mesmo tempo que se renovar e desenvolver se torna numa realidade surpreendentemente original. Sob a diversidade criativa transparece uma continuidade de fundo como é constatado por Denis de Rougemont: «Nada mais espantoso, relendo a obra dez anos depois... admirei-me por lá encontrar o princípio de uma *Moral de Princípio* que eu estava convencido que tinha inventado na altura, ainda hoje, tendo publicado uma *Carta aberta aos Europeus* e não sei quantas páginas sobre as comunidades regionais, textos que me parecem renovar ao máximo a minha doutrina do federalismo, reencontro essas noções de base resumidas mas claras nesse livro publicado em 1936»<sup>(4)</sup>.

Diversidade na união, o *federalismo* é ao mesmo tempo um método, uma aproximação à realidade e um estilo de organização social. É também, uma mutação profunda, uma revolução. «Aqui? só vejo o empreendimento do federalismo europeu à base de regiões (e não de Estados-Nações) que propõe o modelo de uma nova sociedade: teria por finalidade não o crescimento do PNB mas o equilíbrio dinâmico entre os seus três desequilíbrios eternos que são o Homem, a Cidade e a Natureza; ou ainda a liberdade das pessoas e dos grupos, não o poder dos Estados-Nações. Fora disto, a «Revolução» é apenas uma verborreia de sectários, de fanáticos de esquerda, ou de teóricos mais ou menos paranóicos»<sup>(5)</sup>.

O *princípio da subsidiariedade* esteve sempre no centro das suas preocupações. Citava frequentemente a observação de um Diplomata americano transpondo-a em termos europeus: «Nunca devemos confiar a uma grande unidade aquilo que pode ser feito numa mais pequena. O que a família pode fazer não deve ser feito pelo município. O que o município pode fazer não deve ser feito pelo Estado. E o que o Estado pode fazer não deve ser feito pelo Governo federal» (D. Moynihan a propósito dos Estados Unidos). O mesmo princípio é aplicável à Europa federada que só se deve encarregar de tarefas que ultrapassem a capacidade de um Estado europeu. As competências dum concelho, de uma região,

de uma federação europeia, devem ser definidas pela dimensão das tarefas a cumprir. Aos vários níveis correspondem poderes autónomos, à medida que aumenta a dimensão das tarefas — transportes, energia, emprego, inflação, defesa — o nível de decisão sobe até chegar a ser continental ou mundial. Não se trata de centralizar estas tarefas mas de as adaptar às novas dimensões.

De facto, a esta aproximação ao objectivo, ele opunha a centralização do Estado-Nação de que a França é um exemplo-tipo. E mencionava frequentemente a incompreensão, a respeito do federalismo e do espírito federalista de que são testemunho os franceses. A este propósito, gostava de lembrar a definição de Littré (1865): «Federalismo — s.m. Neologismo. Sistema, doutrina do Governo federativo. O federalismo era uma das formas políticas usadas pelos selvagens», Châteaub. *América, governo*. Durante a revolução foi atribuído aos girondinos o projecto de romper a unidade nacional e transformar a França numa federação de pequenos Estados. Aos jacobinos, agitava-os gravemente a questão do federalismo e sublevaram-se contra os girondinos, Thiers, *Hist. de la Revol. Conv. Nat...*, ch. I». É tudo, afirma Denis de Rougemont. E acrescenta: o federalismo é, segundo este dicionário, um sistema muitas vezes usado pelos selvagens e é uma traição à unidade nacional. Parece assunto encerrado mas eu não estou de acordo. O federalismo parece ser o grande problema do momento, ou o que é posto com mais frequência. E conclua: «o federalismo, é a autonomia das regiões em relação aos computadores».

Em 1948, em *L'Europe en Jeu*<sup>(6)</sup>, e em 1969, em *Notes pour une éthique du fédéralisme*<sup>(7)</sup>, definia os *princípios* e os *valores do federalismo*. É aliás, a única obra que, com a de Proudhon, enuncia os princípios do federalismo. Entre estes princípios encontramos a renúncia à hegemonia e a renúncia ao espírito de sistema, porque federar é reunir elementos heteróclitos. O federalismo não conhece problemas de minorias: salvaguardar a qualidade própria de cada minoria, é o objectivo de uma federação; assim como preservar a qualidade própria das Nações ou dos Estados federados, ou de Regiões federadas. Além disso, o federalismo assenta no amor pela complexidade; é o oposto da simplificação totalitária, da uniformidade imposta pelo poder central. Na verdade, uma federação forma-se gradualmente no meio de pessoas e de grupos. Ela nasce e cresce num espaço de liberdade, democracia e pluralismo, na multiplicidade de ideias, de culturas, de partidos e de regiões e num tecido social complexo e diversificado. O federalismo faz lembrar a corrente que circula de baixo para cima. Elabora-se a partir da base e não é imposta lá de cima à semelhança do que acontece com a descentralização, termo que Denis de Rougemont não gostava de usar. Como a região, o federalismo é natural e funcional e não resulta de uma coacção artificial.

<sup>(5)</sup> *Ibid.*, pág. 11.

<sup>(4)</sup> *Penser avec les mains*, op. cit., pág. 7: Prefácio, 1972.

<sup>(6)</sup> *L'Europe en Jeu*, Neuchâtel, La Baconnière, 1948.

<sup>(7)</sup> *Notes pour une éthique du fédéralisme*, in Werner Kägi, édité par U. Häfelin, W. Haller, D. Schindler, págs. 259 a 265.

Este quadro dos princípios do federalismo é completado com a chamada de atenção para os valores<sup>(8)</sup> que caracterizam o espírito do federalismo a exemplo dos valores republicanos definidos em *L'Esprit des lois*. Entre estes valores, ele mantém o respeito pelo real com destaque para as realidades regionais; mas também mantém o respeito pelo pequeno, em oposição à veneração do gigantismo no Estado centralizado. Outro valor, a tolerância, isto é a aceitação da mudança do outro, o reconhecimento do próximo, valor que assegura a cada um o seu próprio desenvolvimento. Princípios e valores do federalismo são enquanto ideias-chave que animam o *L'Amour et l'Occident* e o *Penser avec les mains* e que se projectam na sociedade sob a forma de federalismo.

O pensamento federalista de Denis de Rougemont foi enriquecido com uma nova dimensão: as *Regiões*. Desde então, estas tornaram-se nos pilares do federalismo e num novo «andar» da construção europeia. Como definir uma região? Segundo Vidal de la Blache uma região «não é delimitada mas sim reconhecida», para Denis de Rougemont, as regiões aparecem naturalmente, onde elas funcionam e por consequência são reconhecidas as suas funções: regiões históricas, regiões étnicas, regiões ecológicas ou regiões universitárias. Uma grande diversidade acentuada pela existência de regiões com dimensões variadas. Não utilizo a expressão «geografia variável» porque é contrária ao espírito e à visão de Denis de Rougemont, o federalismo liga-se ao espírito da perfeição. A região é antes de mais nada um espaço de participação cívica constituída por grupos de concelhos. É o lugar onde os cidadãos podem encarregar-se dos negócios comuns.

Estimando que uma «Europa das Nações» é impossível de realizar, Denis de Rougemont afirma que uma federação Europeia é impensável e que só se tornará realidade em comunidades regionais e locais que não pretendem a soberania absoluta, mas tendem, pelo contrário, a definirem-se pela solidariedade, complementaridade ou, como por vezes afirma, «Subsidiariedade». Uma federação da Europa só se pode fundamentar nas *Regiões* agrupadas em federações locais, nacionais, e, até mesmo, continentais, que sentem uma dupla necessidade de formar uma união suficientemente grande para impor o respeito dos seus grandes vizinhos mas também suficientemente limitada nas suas competências para respeitar as suas autonomias depois de as terem assegurado, quer dizer, para as deixar viver à sua maneira depois de as ter impedido de morrer»<sup>(9)</sup>.

Entretanto, e contrariamente à ideia segunda a qual o Estado-Nação constituiria o inimigo a abater, Denis de Rougemont entendeu defender que o Estado-Nação é um «andar» do edifício federal. Aliás, e segundo os seus princípios federalistas, o federalismo é construtivo e não destrutivo, e sustenta-se nas reali-

dades existentes. Porém, o Estado-Nação existe, é preciso aceitá-lo mesmo que contrariados. Desde então nas suas conferências e escritos do princípio dos anos 80 como em discussões com colaboradores seus, ele adopta uma nova atitude:

«Não proponho a sua (do Estado-Nação) destruição. Proponho, isso sim, que o ultrapassemos, por cima e por baixo simultaneamente, isso tornou-se possível no Século XX. Ultrapassar o Estado-Nação por cima, significa *federalismo continental*, e por baixo, significa *regiões*».

Desde o primeiro colóquio, em 1970, sobre a *Europa das Regiões* — a que se seguiram outros cinco — Denis de Rougemont concebe a Região como pilar dinâmico da federação europeia em construção. A Região é um elemento essencial do futuro europeu. Mais do que um mero título, ele terá a satisfação de constatar que a sua visão se tornou realidade. Com efeito, assistiu à criação das regiões económicas na Comunidade Europeia, e igualmente em diversos países europeus: Em Itália, por exemplo, pela criação das Províncias, na Bélgica pela formação de três regiões e até em França, onde as regiões tiveram papel relevante aquando da regionalização político-económica.

Nesta perspectiva de regionalização à escala europeia, lançou a ideia de um Senado Europeu das Regiões, que seria instituído à margem do Parlamento Europeu. A esse respeito, pensava que atribuir a cada um dos doze países da Comunidade o mesmo número de senadores, seria deformar a imagem real e que seria melhor eleger os senadores ao nível das regiões. Esta representação corresponderia de maneira mais fiel às realidades e diversidades europeias.

A evolução do seu pensamento federalista é a melhor ilustração do método federalista que não escolhe o caminho da construção mas sim o da criação gradual. Daí sobressai uma ligação íntima entre o conteúdo do seu pensamento e o seu método de pensar.

## 2. PENSAR AGINDO

A consequência lógica deste pensamento — pois Denis de Rougemont não era só um grande pensador mas também um grande homem de acção — é o empenhamento europeu. A sua acção no Congresso de Montreux, em 1947, no Congresso de Haia, em 1948, e em Lausana, em 1949, foi determinante. Esteve no centro das actividades desses congressos. Foi ele quem redigiu o relatório cultural do congresso de Haia, bem como as conclusões e a Mensagem aos Europeus. É, com efeito, um verdadeiro *Manifesto europeu*, comparável ao manifesto comunista, pois trata-se de uma síntese das aspirações das elites do pós-guerra, que orientará durante anos, e talvez até hoje, a acção dos europeus. Assim, por exemplo, lê-se já, nessa síntese, a prefiguração do Conselho da Europa, da comunidade Europeia e do Mercado Comum. A defesa dos direitos do homem e a ideia de um Tribunal dos direitos do homem figuram nessa síntese assim como as propostas que visam a instauração da livre circulação de pessoas e de ideias, sugestão original em que se reconhece «o dedo» de Denis de Rougemont. O Con-

<sup>(8)</sup> *Notes pour une éthique du fédéralisme, op. cit., 1979.*

<sup>(9)</sup> *Devise du régionalisme: point de libérés sans responsabilité*, conferência proferida aquando do Terceiro Encontro da Acção Social Romanda, Yverdon, Primavera de 1983, pág. 3.

gresso de Haia promoveu também a criação, em 1949, do Centro Europeu da Cultura, de que Denis de Rougemont e Raymond Silva foram fundadores e Director e Secretário-Geral respectivamente. O Centro seria, durante muito tempo, um dos meios de difusão do pensamento europeu e federalista, de Denis de Rougemont, e o instrumento da sua acção. É evidente que animou o CEC e lhe imprimiu o seu carácter original.

A missão geral do CEC tal e qual foi definida por Denis de Rougemont consiste em «contribuir para a união da Europa congregando as forças vivas da cultura de todos os nossos povos e oferecendo-lhes: — lugar de encontro; — instrumentos de coordenação; — um centro de estudos e de iniciativas». A ideia central é a fusão da cultura europeia, cultura que reflecte o princípio federalista da união na diversidade. Daí a correspondência entre pluralismo cultural e federalismo. Sendo um dado adquirido — cito Denis de Rougemont — que a base da nossa unidade é uma cultura pluralista, só se pode basear nela uma união federal. E acrescenta num outro texto: «A Europa a passo com a Ásia propagada por uma cultura intensiva»<sup>(10)</sup>. É a leitura da fórmula mais célebre do século:  $E=mc^2$ . A Europa é portanto uma energia, que eu designaria por E, que é igual ao produto da sua fraca *massa física* (a designar por m), e uma cultura da qual os efeitos se fazem sentir em progressão geométrica, que seria designada por  $c^2$ <sup>(11)</sup>. Mas, para que esta energia se possa libertar, a Europa tem que se federar. A maior parte dos Europeus sente-se «esmagada» pelos super-grandes. Ora, este sentimento não é justificado em vista dos números e dos factos. Com efeito, a Europa ocidental representa cerca de 400 milhões de cidadãos e o seu potencial científico e económico é considerável. Entretanto, esta sensação de desencorajamento traduz-se na realidade do estado de divisão do continente apesar de um princípio da união que se prossegue na Comunidade Europeia. Aliás, um processo que julgo demasiado lento.

O CEC desenvolveu toda uma série de iniciativas e de acções. Eis alguns exemplos:

Um grupo de vinte personalidades reunidas em volta de Denis de Rougemont, elaboraram uma constituição da Europa federal e divulgaram-na através do «*Courrier federaliste*» publicado pelo CEC no princípio dos anos 50. Em Agosto de 1953, o projecto foi transmitido aos governos membros da CECA, acompanhado de uma *Carta aos Seis* que Denis de Rougemont assinou em nome do Grupo dos Vinte. Nesta carta ele pede aos governos que aceitem o projecto como base dos seus trabalhos e indica algumas razões essenciais. Este é apenas um exemplo de uma acção de promoção empreendida pelo CEC.

É também importante recordar que o CEC esteve na origem do CERN. No entanto, a história oficial apresenta-o pondo em destaque exclusivamente o

<sup>(10)</sup> «L'Europe et l'énergie». Discurso de Denis de Rougemont, sessão solene de abertura do Congresso da UNIPÉDE, Lausana, 30 de Junho de 1958.

<sup>(11)</sup> *Ibid.*, pág. 11.

papel dos governos, nomeadamente no decurso da Conferência Geral da UNESCO em Florença, em 1950. O que se passou foi outra coisa como o testemunha o Prof. P. Auger, então director do Departamento de ciências exactas e naturais da UNESCO: «o aparecimento no mundo onde vivemos de um organismo novo, quer se trate de um ser vivo quer de uma instituição, passa por uma série de fases que se ligam entre si. A ideia, a concepção, o nascimento propriamente dito, o desenvolvimento. E foi exactamente o que se passou no caso do CERN, e foi numa reunião do CEC, em Genebra, em 12 de Dezembro de 1950, que se produziu uma das fases essenciais desse processo: a concepção. A fase precedente — a ideia — é mais difícil de precisar: pode-se citar a Conferência de Lausana de 9 de Dezembro de 1949...»<sup>(12)</sup>. É, com efeito, no decorrer desta conferência europeia da cultura reunida em Lausana de 8 a 12 de Dezembro de 1949 sob os auspícios do Movimento Europeu que se formula uma resolução recomendando «...a criação de institutos europeus especializados em estreita ligação com os organismos nacionais correspondentes e com os da UNESCO» e propondo «pôr em estudo a criação de um Instituto de ciência nuclear orientado para a aplicação à vida actual»<sup>(13)</sup>.

O papel da UNESCO consistiu em levar o projecto do CEC (Lausana, 1949, Genebra, 1950) à fase das negociações oficiais. Feito isto, o CERN desenvolveu-se desde 1951 com independência em relação ao CEC — que tinha lançado a iniciativa — e da UNESCO.

Terceiro exemplo: educação cívica europeia e educação em geral. Apesar de Denis de Rougemont saber que certos obstáculos eram materiais, a saber os Estados-Nações e certos interesses estabelecidos, e que impediam a federação de ver o dia em que poderia funcionar, estava convencido que os obstáculos mais tenazes eram as mentalidades das pessoas. Daí a necessidade de transformar as mentalidades e as atitudes através de uma educação europeia. Educação que começa nos primeiros anos da escola, momento em que, segundo Piaget, se formam as atitudes de base. Assim, o ensino de história deveria ser liberto de toda a deformação nacionalista de cada País. A história será desde então vista e interpretada numa óptica europeia e ensinada como tal. «Tudo começa numa sala de aula», escreveu Jean Guéhenno. «Que as crianças compreendam que são europeias não o esquecerão quando forem homens. Que programa maravilhoso!». Para fazer a Europa, é preciso começar por ensiná-la, isto é criá-la nos espíritos dos que a vão viver amanhã<sup>(14)</sup>. Desde 1956, a CEC empreendeu experiências-piloto de educação europeia, criou um Departamento de educação e lançou uma campanha de educação cívica europeia. Prova disso são vários boletins publi-

<sup>(12)</sup> *Dois iniciativas do CEC. Documentos sobre as origens do C. E. R. N. e da Fundação Europeia da Cultura*. Boletim do CEC, ano XIV, n.º 4, Inverno de 1975, pág. 30.

<sup>(13)</sup> *Ibid.*, pág. 5. Denis de Rougemont teve um papel decisivo no decurso desta Conferência.

<sup>(14)</sup> *CEC, Dez anos de actividade*, Genebra, 1960, pág. 14.

cados pelo CEC consagrados a este tema. Ainda hoje este empreendimento é uma das actividades principais do CEC.

Um outro exemplo é a criação de associações ligadas ao Centro: Associação dos Institutos de Estudos Europeus — AIEE (1951), Associação Europeia dos Festivais de Música (1951), etc.

Outras iniciativas que merecem ser citadas são: a publicação da primeira reflexão aprofundada sobre a Universidade europeia; um colóquio em Genebra, em 1958, reagrupando cerca de 20 pessoas, que permitiu alterar as ideias sobre a Universidade europeia e analisar os problemas suscitados na sua criação. Tendo assistido a esse colóquio da AIEE e tendo-me sido atribuída a responsabilidade de redigir as actas fiquei desesperado com a riqueza de ideias e com uma certa confusão que reinava sobre os vários projectos que haviam sido apresentados. Denis de Rougemont pôs em ordem aquela montanha de ideias e de projectos, e redigiu durante uma noite a Resolução que nos surpreendeu pela sua clareza e originalidade e que, escusado será dizer, aprovámos por unanimidade. Esta Resolução influenciou em larga medida os fundadores do Instituto Europeu em Florença. Ela contribuiu para modificar a concepção de base que visava a criação da Universidade permitindo fundar um *centro pós-universitário* preconizado pela Resolução<sup>(15)</sup>.

Mais tarde, Denis de Rougemont esteve na origem do Instituto de Estudos Europeus hoje ligado à Universidade, que foi fundado com a ajuda de Jacques Freymond em 1963. A originalidade notável deste Instituto consistiu na pluridisciplinaridade centrada num tema comum: Europa e federalismo. Mas depressa tomou um lugar de grande importância e hoje é um instituto tradicional de ensino universitário. Denis de Rougemont soube conservar aí um ensino original da história das ideias e projectos europeus, do federalismo como o testemunha vários escritos e a redacção inacabada de um léxico federalista organizado sob a sua direcção. A originalidade é a imagem de marca de toda a sua obra que se distingue da tradição da universidade clássica. Outra dimensão das actividades do Centro Europeu é a divulgação das iniciativas e projectos do CEC através de publicações. Denis de Rougemont era ao mesmo tempo o animador e o director dessas publicações. Assim, por exemplo, o centro publica desde 1959 *L'Europe s'inscrit dans les faits*, que é publicada em cinco línguas e tem uma tiragem de 80 000 exemplares. É ele quem escolhe os colaboradores; é ele quem escolhe o tipo de letra; escolhe as capas; corrige as provas. Gostava de ser ao mesmo tempo o Director e o Redactor. Lembro-me que, no princípio da nossa colaboração em 1957, ele me confiou um manuscrito de um colaborador do CEC. Fui obrigado a constatar que era impossível de o ler. Pois bem, num dia, Denis de Rougemont transformou-o de alto a baixo e pô-lo em forma de um verdadeiro texto. Tinha acabado de assistir à maior lição de modéstia e de francês.

(15) *Une Université européenne?*

### 3. PENSAR O FUTURO

O pensamento e a acção de Denis de Rougemont, fundamentalmente inovadores, estavam voltados para o futuro.

O desenvolvimento das regiões e do Estado das relações entre elas formarão de modo progressivo o fundamento mais sólido da futura federação. Nesta perspectiva inserem-se os seus dois projectos: o *Senado das Regiões* e as *Agências Europeias*. Estes dois organismos têm a seu cargo a tarefa de elaborar planos conjuntos, animar e coordenar os intercâmbios inter-regionais nos campos mais diversos tais como a energia, a ecologia, a educação e cultura, as pesquisas científicas, as relações com os outros continentes — estas últimas têm a ver com a sua ideia do diálogo entre os continentes<sup>(16)</sup>. «Nada impedirá, enfim, que essas *Assembleias Gerais* funcionem como se fossem Parlamentos — e principalmente como um Senado das Regiões; que essas Agências tenham um papel de ministérios federais, certamente não-oficiais mas, quem sabe, mais eficientes; e que os seus responsáveis formem juntos, sob o nome de *Conselho Europeu*, um executivo colegial ao serviço das regiões e observando as suas necessidades. Num belo dia descobriremos que a Europa está virtualmente feita»<sup>(17)</sup>.

Ocupava-se ainda de outros projectos: *A ecologia europeia*, combate no qual assumiu um papel de destaque: «Ecologia, Região, Europa federada: o mesmo futuro», *Educação Cívica Europeia* que segundo o seu programa será reanimado pelo CEC; o projecto de uma segunda *Conferência Cultural Europeia* visando relançar a Europa: «A Unidade da cultura, base da união».

Recentemente, a *inovação técnica* e o seu impacto na sociedade estavam no centro das suas preocupações e da sua reflexão: como dominar a inovação técnica e os seus efeitos? Esta questão é muito provavelmente a resultante da sua posição inicial e da sua experiência da vida. E particularmente da sua visão do futuro da *energia nuclear*, a sua utilização cada vez mais propagada mas também das suas ameaças que pairam sobre a paz e as circunvizinhanças das suas centrais.

Neste domínio, o seu empenho é variado e variável: denuncia sem ambiguidades o perigo da bomba atómica desde o fim da segunda guerra mundial; está na origem da criação do centro europeu de pesquisa nuclear desde 1949; mais recentemente, luta «na frente» contra a expansão da indústria nuclear em nome da protecção da saúde e dos locais próximos das centrais. Ao longo destes últimos anos, não pára de denunciar os riscos que a energia nuclear representa para a humanidade. Contudo, as promessas iniciais de utilização pacífica da energia nuclear transformaram-se em dúvidas e, quem sabe, em ameaças. Daí a tomada de consciência da dificuldade em avaliar as vantagens e os riscos que comportam as inovações técnicas.

(16) Título de um colóquio realizado em Bâle.

(17) *L'Avenir est notre affaire*, Paris, Stock, 1977, pág. 353.

A questão do domínio da inovação técnica e dos seus efeitos foi levantada por Denis de Rougemont a propósito da *Informática*. Era preciso evitar que o homem se tornasse o escravo da informática.

«A informática propõe-se, hoje, *pensar por nós*, mais depressa do que nós, mas cria o risco de nos atrofiar as faculdades de memória, de julgamento e de criação, tudo multiplicado numa espécie de debilidade mental progressiva e eficaz»<sup>(18)</sup>. E recordar a *ambivalência inevitável* de todas as nossas tecnologias: — a «revolução» técnica da automatização devia conduzir à era dos tempos livres, e estamos na era do desemprego. — A produtividade da indústria anunciava a bonança, mas a pobreza aumenta no Ocidente e a fome aumenta no Terceiro Mundo. É difícil prever: que se trate da crise no sector automóvel, do petróleo ou da energia, do avanço japonês, do Irão, do Afeganistão ou de Lech Walesa, tudo nos colheu de surpresa no último decénio.

«Então, perante um futuro de uma imprevisibilidade vertiginosa, será preciso baixar os braços e continuar como até aqui, isto é, *fazer primeiro*, quando ainda é cedo para fazer previsões, e *reflectir depois*, quando já é tarde para mudar o que quer que seja?»<sup>(19)</sup>.

A ideia de uma *Comissão dos Sábios* nasceu desta preocupação. Ele desejava que se criasse a vários níveis e sobretudo ao nível europeu uma comissão dos sábios que teria por missão examinar a relação entre os fins e os meios técnicos. Os fins do homem, da moral, da sociedade, e os meios técnicos postos ao seu alcance. A compatibilidade desses meios técnicos com a liberdade da pessoa a fim de evitar a poluição do meio social ou natural. Assim, a *Comissão dos Sábios* opor-se-ia à «repressão do problema das finalidades». Ela aplicaria o seguinte princípio: «É mortalmente perigoso aumentar os poderes materiais do homem, que obviamente poria ao serviço das suas ambições de poder e destruição, se não se aumentam *ao mesmo tempo* os poderes do espírito ao serviço dos fins último da pessoa, de modo a sobrepor a liberdade à vocação particular»<sup>(20)</sup>.

Denis de Rougemont avança alguns critérios de utilização de toda a inovação e indica algumas defesas. Assim, pede: o afastamento definitivo de toda a inovação que pela condição de sucesso cerceasse a liberdade da pessoa; a recusa de toda a inovação dirigida, ou que favorecesse pela sua natureza, as empresas de dimensões monstruosas.

Também aqui a previsão se demonstrava aleatória pois desde o princípio os computadores e as empresas que os construíssem pareciam destinados a uma dimensão gigantesca. Podíamos prever a explosão dos microcomputadores e o florescimento de pequenas sociedades criadoras de programas?

<sup>(18)</sup> *Information n'est pas savoir*, Diogène, 116, Gallimard, 1981, pág. 6.

<sup>(19)</sup> *Ibid.*, págs. 5, 6 e 7.

<sup>(20)</sup> *Ibid.*, pág. 9.

Na verdade, o computador apresenta várias vantagens quando se trata de cálculos intermináveis e de abordagem de questões complexas. Foi por isso que Denis de Rougemont não exitou em associá-lo à região justificando-o com a complexidade dos grupos federativos. Mas previu que a causa seria bem recebida e que deveria ir mais longe na abordagem dos perigos e, sobretudo, dos riscos possíveis a fim de alertar os responsáveis.

Alguns exemplos ilustram a sua visão original. O argumento mais usado em favor da informática refere-se à rapidez das operações de lógica e de cálculo. O ganho em termos de tempo, custo e eficácia é impressionante. Mas em todos os outros benefícios: biológico, ético, espiritual, a duração tem um papel positivo, real, existencial, muitas vezes constitutivo do fenómeno em apreço, como é evidente no caso da música. Nestes domínios em que a duração é vivida, a rapidez torna-se um factor destrutivo de tudo o que requer um trabalho de assimilação e de ponderação. «Reduzir uma meditação ao tempo de um abrir e fechar de olhos não tem qualquer sentido; e amar em dois milésimos de segundo não deve ter qualquer interesse»<sup>(21)</sup>. Denis de Rougemont declara guerra: à uniformização dos dados que anulam os atributos qualitativos e únicos da pessoa humana; à tendência para favorecer e propagar uma «forma de pensamento esterilizado, racionalizado», e a uma certa «robotização» dos espíritos.

Quanto ao ensino dos computadores, pensa que todo o professor descobrirá um dia com surpresa que o que ficou do seu ensino é o que ele próprio comunicou, sem dar por isso, aos seus melhores alunos. Jaurès disse muito bem: *Não se ensina o que se sabe, mas o que se é*<sup>(22)</sup>. Ao ensino por computador ele opôs o ensino por via directa onde a personalidade do ensino tem um papel mais importante do que o da transmissão de conhecimento.

Através das ideias, das acções e dos projectos de Denis de Rougemont, apercebemo-nos, a despeito da diversidade e da riqueza, de uma profunda unidade. Assim, o federalismo assenta no pluralismo de pessoas e grupos, na qualidade das minorias e das regiões e na participação activa dos cidadãos a vários níveis. Os princípios, como a liberdade e, por consequência, a responsabilidade que qualificam as pessoas, encarnam no federalismo e formam critérios de utilização e de inovação técnica. É a harmonia não preestabelecida mas criada pouco a pouco que é a linha de pensamento que sobressai da obra de Denis de Rougemont. Para ele, a unidade cultural é a base da União. Daí, a prioridade à Europa cultural em sentido amplo. A Denis de Rougemont, pai da Europa cultural, Jean Monnet fez a maior homenagem possível: «Se pudesse recomeçar, começaria pela cultura».

<sup>(21)</sup> *Ibid.*, pág. 12.

<sup>(22)</sup> *Ibid.*, pág. 15.